

L E I Nº 1.211/74

Data: 28 de novembro de 1974.

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município, para o exercício financeiro de 1975.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1975, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 12.189.000,00 (doze milhões cento e oitenta e nove mil cruzeiros).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital na forma da Legislação vigente e das especificações constantes do anexo 2, de acordo com as seguintes fontes:

I – RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária Cr\$ 1.276.000,00

Receita Patrimonial Cr\$ 20.000,00

Receita Industrial Cr\$ 240.000,00

Transferências Correntes Cr\$ 8.967.000,00

Receitas Diversas Cr\$ 10.782.000,00

II – RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito Cr\$ 200.000,00

Alienações de Bens Móveis e Imóveis Cr\$ 31.000,00

Transferências de Capital Cr\$ 1.176.000,00

Total: Cr\$ 12.189.000,00

Artigo 3º - A Despesa será realizado sendo o anexo 2-A, conforme discriminação seguinte:

I – LEGISLATIVO MUNICIPAL Cr\$ 200.000,00

II – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Executivo Municipal Cr\$ 664.000,00
Departamento Administrativo Cr\$ 1.609.000,00
Departamento da Fazenda Cr\$ 2.408.000,00
Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cr\$
4.067.000,00
Departamento de Educação e Cultura Cr\$ 2.975.000,00
Departamento de Saúde e Serviço Social Cr\$ 266.000,00

T o t a l: Cr\$ 12.189.000,00

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Programar a execução da despesa em níveis compatíveis à realização efetiva da Receita, a fim de manter a execução desta Lei, dentro do equilíbrio orçamentário e, a realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite de 10% (dez por cento) da Receita prevista:

II – Atender os planos de aplicação mantidos por Receitas com destinações específicas;

III – Abrir créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita revista, de conformidade com os artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Artigo 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 1975.

Jamil Fares Midauar
Prefeito Municipal

José Primo Vicente
Diretor Administrativo